

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ITACOLOMI – PR
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2015 – 2025

Novo Itacolomi – PR
2015

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO ITACOLOMI
2015 - 2025**

ROBERTO MUNHOZ

Prefeito Municipal

JOÃO PEDRO MAGON

Vice-Prefeito Municipal

ELISÂNGELA JUCELENE CARLOS

Diretora do Depto. Municipal de Educação

Comissão Coordenadora

Elisângela Jucelene Carlos – Pricila Felisbino

Eder Fabricio Pereira – Waldir Junior Ribas

Amauri Jardim – Joelma Francelice Lopes Pícolo

Claudemir Francisco Rodrigues – Catarina Fonseca do Couto

Susana Maria Hauselmann Silva – Mayara de Fátima Secco

Equipe Técnica

Silvia Aparecida Veraldo de Paula – Suely Lopes da Silva

Rosana Alves Silva – Celso Favorito

Leila Maria de Melo Oliveira – Rosiane Conrado dos Santos

Fernanda Maria Secco – Marlene do Nascimento dos Santos Silva

Oswaldo Antonio Filho – Deise Rodrigues Leme

**Novo Itacolomi – PR
2015**

*Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade,
tampouco sem ela a sociedade muda.*

(Paulo Freire)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<u>Figura 1: Localização do Município no Paraná</u>	1
<u>Figura 2: Limites do Município</u>	1

LISTA DE TABELAS

<u>Tabela 1: População do município segundo tipo de domicílio e sexo</u>	15
<u>Tabela 2: População residente e por faixa etária, IDH, IDI e taxa de analfabetismo</u>	15
<u>Tabela 3: Taxa de analfabetismo por faixa etária/2010</u>	16
<u>Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes</u>	17
<u>Tabela 5: Longevidade, Mortalidade e Fecundidade</u>	17
<u>Tabela 6: Distribuição das cinco principais culturas de rebanho no município/2013</u> .	18
<u>Tabela 7: Distribuição das cinco principais culturas de agricultura no município/2013</u>	19
<u>Tabela 8: Pessoas ocupadas por posição na ocupação/2010</u>	20
<u>Tabela 9: Estabelecimento de saúde por tipo e localização</u>	21
<u>Tabela 10: Número de escolas por etapa de ensino - Rede Estadual</u>	24
<u>Tabela 11: Número de escolas por etapa de ensino - Rede Municipal</u>	25
<u>Tabela 12: Funções docentes por etapas e modalidades – Rede Municipal</u>	31
<u>Tabela 13: Número de professores e coordenadores da Rede Municipal e Estadual/2015</u>	32
<u>Tabela 14: Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal/2015</u>	32
<u>Tabela 15: Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal/2015</u>	32
<u>Tabela 16: Taxa de escolarização da Educação Infantil/2010</u>	35
<u>Tabela 17: Evolução da matrícula da Educação Infantil</u>	35
<u>Tabela 18: Número de nascidos vivo por ano</u>	36
<u>Tabela 19: Evolução da matrícula do Ensino Fundamental</u>	38
<u>Tabela 20: Taxa de escolarização líquida da população de 07 a 17 anos/2010</u>	38
<u>Tabela 21: Nível educacional da população de 06 a 14 anos</u>	38
<u>Tabela 22: Percentual da população frequentando ou que já terminou o ensino fundamental</u>	39
<u>Tabela 23: Matrícula do Ensino Fundamental I do Município. Rede Municipal/2015</u>	39
<u>Tabela 24: Taxa de distorção idade-série, rede municipal/2014</u>	40
<u>Tabela 25: Taxa de rendimento do ensino fundamental/2013</u>	41
<u>Tabela 26: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Ensino Fundamental</u>	41
<u>Tabela 27: Evolução da matrícula do ensino médio, por dependência</u>	

<u>administrativa e localização</u>	42
<u>Tabela 28: Taxa de escolarização do ensino médio/2010</u>	43
<u>Tabela 29: Taxa de rendimento do ensino médio/2013</u>	43
<u>Tabela 30: Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM</u>	43
<u>Tabela 31: Nível educacional da população jovem</u>	45
<u>Tabela 32: Nível educacional da população adulta com mais de 25 anos</u>	45
<u>Tabela 33: Matrículas da Educação Especial de Novo Itacolomi</u>	47
<u>Tabela 34: Receitas do setor educacional administradas pelo município</u>	49
<u>Tabela 35: Recursos aplicados em educação pelo município por nível ou modalidade de ensino</u>	49
<u>Tabela 36: Despesas com educação do município, por categoria e elementos de despesa</u>	50
<u>Tabela 37: Receita de aplicação de recursos recebidos do FUNDEB no município</u> ..	50
<u>Tabela 38: Aplicação no ensino fundamental/2014</u>	50
<u>Tabela 39: Recursos da educação no PAA/2014 a 2017</u>	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos de Excepcionais
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos
CESUMAR	Centro Universitário de Maringá
CME	Centro Municipal de Educação
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACNOPAR	Faculdade do Norte do Paraná em Apucarana
FAFIJAN	Faculdade de Jandaia do Sul
FAP	Faculdade de Apucarana
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Indicadores Demográficos e Educacionais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDI	Índice de Desenvolvimento da Infância
IES	Instituições de Ensino Superior
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
PAR	Plano de Ações Articuladas
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escola
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação

PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPA	Plano Plurianual
PPP	Projeto Político Pedagógico
PR	Paraná
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESPAR	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UNOPAR	Universidade do Norte do Paraná em Arapongas
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	10
<u>2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO</u>	12
<u>2.1 Caracterização do Município de Novo Itacolomi – Pr</u>	12
<u>2.1.1 Aspectos Históricos</u>	12
<u>2.1.2 Aspectos Geográficos</u>	13
<u>2.1.3 Aspectos Demográficos</u>	15
<u>2.1.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM</u>	18
<u>2.1.4 Aspectos Socioeconômicos</u>	18
<u>2.1.4.1 Produção econômica</u>	18
<u>2.1.4.2 Produção agropecuária</u>	18
<u>2.1.4.3 Agricultura familiar</u>	19
<u>2.1.4.4 Mercado de trabalho</u>	19
<u>2.1.4.5 Pobreza e transferência de renda</u>	20
<u>2.1.4.6 Saúde</u>	21
<u>2.2 Análise Situacional da Educação</u>	21
<u>2.2.1 Gestão da Educação</u>	21
<u>2.2.1.1 Aspectos pedagógicos</u>	21
<u>2.2.1.2 Estrutura da educação municipal</u>	22
<u>2.2.1.3 Organização e funcionamento da educação municipal</u>	24
<u>2.2.1.4 Apoio ao educando</u>	25
<u>2.2.1.5 Acompanhamento pedagógico</u>	27
<u>2.2.1.6 Gestão das unidades escolares</u>	28
<u>2.2.1.7 Instalações físicas e materiais nas unidades escolares</u>	29
<u>2.3 Valorização dos Profissionais da Educação</u>	31
<u>2.4 Níveis da Educação: Básica à Superior</u>	34
<u>2.4.1 Etapas da Educação Básica</u>	34
<u>2.4.1.1 Educação Infantil</u>	34
<u>2.4.1.2 Ensino Fundamental</u>	37
<u>2.4.1.3 Ensino Médio</u>	42
<u>2.4.2 Educação Superior</u>	43
<u>2.4.2.1 Ensino Superior</u>	43
<u>2.5 Modalidades da Educação Básica</u>	45
<u>2.5.1 Educação de Jovens e Adultos</u>	45

<u>2.5.2 Educação no Campo</u>	46
<u>2.5.3 Educação Especial</u>	47
<u>2.5.4 Educação Profissional</u>	48
<u>2.6 Recursos Financeiros para a Educação no município</u>	49
<u>3 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME</u>	51
<u>3.1 Diretrizes</u>	52
<u>3.2 Metas e Estratégias</u>	52
<u>3.3 Acompanhamento e Avaliação do PME</u>	68
<u>REFERÊNCIAS</u>	69
<u>ANEXO – FOTOS DAS REUNIÕES DE ELABORAÇÃO DO PME</u>	72

INTRODUÇÃO

A construção do primeiro Plano Municipal de Educação (PME) é sem dúvida um marco na educação de Novo Itacolomi e uma conquista para toda a população que almeja melhorias no ensino e, conseqüentemente, melhora na sua qualidade de vida.

Na Constituição Federal de 1988 a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) é previsto no artigo 214 e já prevê 06 (seis) diretrizes para a educação nacional. Já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a elaboração do PNE, é previsto em seu artigo nono.

Novo Itacolomi elaborou seu PME com base no estabelecido na Lei no. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). E, obedecendo aos princípios de liberdade de expressão e democracia, o processo de elaboração deste plano foi participativo e democrático.

Inicialmente criou-se uma Comissão Coordenadora, formada por 05 membros titulares e seus respectivos suplentes com representantes da sociedade civil. Posteriormente, formou-se uma Equipe Técnica com 05 membros e seus respectivos suplentes, composta de professores, gestores e técnicos da administração municipal.

O presente documento está dividido em etapas que permitem uma melhor compreensão do município, de sua educação e do que se almeja alcançar nos próximos 10 (dez) anos, período de sua vigência.

Inicialmente é realizada uma análise situacional do município, em que são analisados aspectos de sua história, geografia, economia e cultura. Em seguida realiza-se um diagnóstico da educação municipal, em que é possível perceber os aspectos mais frágeis de nossa educação e, conseqüentemente, evidencia quais os maiores desafios que o município possui e quais as prioridades deste plano. Depois de realizadas as análises situacionais foram construídas as diretrizes, metas e suas respectivas estratégias, para servirem como norteadoras para o avanço da educação de Novo Itacolomi no período de dez anos que se seguem a construção deste PME. Por fim, o documento é encerrado com as indicações para o acompanhamento e avaliação do plano, o que possibilita a realização periódica de ajustes e garantirá o cumprimento do que aqui está previsto.

Ao todo este PME conta com 20 (vinte) metas que orientam a educação de Novo Itacolomi, rumo principalmente, ao aumento do atendimento na educação infantil e ensino fundamental; diminuição da distorção idade-série; aumento do atendimento da população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação; oferta de educação em tempo integral; melhoria das condições de trabalho dos profissionais do magistério.

Sabemos que o desafio é grande, mas temos certeza que trilhar esse caminho é fundamental para o desenvolvimento de nosso município. A educação deve ser prioridade e acima de tudo, uma possibilidade de desenvolvimento do ser humano, uma busca pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

2.1 Caracterização do Município de Novo Itacolomi – PR

2.1.1 Aspectos Históricos

O avanço da cafeicultura e da ferrovia, nas primeiras décadas do século XX, marcou a ocupação da região Norte do Paraná.

No final dos anos de 40, com a comercialização das terras por parte da CTNP/CMNP (Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), a região começou a ser desbravada.

De acordo com a CTNP (1975), cidades como Maringá, Cianorte, Londrina e Umuarama foram planejadas nos mínimos detalhes para se transformarem em metrópoles. Entre essas cidades, fundaram pequenas cidades, cuja finalidade era servir como centro de abastecimento para a numerosa população rural. Essas pequenas localidades, na atualidade, transformaram-se em cidades constituídas e, mesmo não sendo planejadas com o intuito de progredirem, algumas se transformaram em centros regionais, como Arapongas e Apucarana. Afirma-se que essas cresceram e se desenvolveram por si só, uma vez que a Companhia se limitou a construir nestes locais um escritório, uma estação de jardineiras e uma escola.

Os primeiros colonizadores que chegaram a Itacolomi, hoje Novo Itacolomi, vieram por volta de 1947, na maioria advinda do Estado de Minas Gerais, atraídos pelos comentários da famosa terra roxa, que naquela época era propagada como “a ideal” para o plantio do café.

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná projetou a Vila Itacolomi, com 314.000 m², equivalente a 12,97 alqueires, que hoje se constitui na sede do município de Novo Itacolomi. Embora naquele momento de início de colonização (final da década de 1940) fosse apenas um povoado, Novo Itacolomi nasce da mesma forma que se iniciava uma grande cidade projetada. Seguindo o modelo adotado pela CTNP, o povoado fora planejado no alto de um espigão, assim como a estrada que lhe dava acesso.

Nessa sequência de desmembramentos foi que, no ano de 1990, criou-se o município de Novo Itacolomi, através do Decreto Lei nº. 9.387, de 28 de setembro de 1990, condicionada à aprovação popular em plebiscito. O mesmo foi realizado em 27 de outubro de 1991, quando a população itacolomiense compareceu e votou a favor da

criação do município de Novo Itacolomi. No entanto, sua efetiva instalação com posse do primeiro prefeito só aconteceu em 01 de janeiro de 1993.

Nos últimos anos, o número de pequenas empresas vem aumentando no município e empregando parte da mão-de-obra disponível. O município dispõe de um Parque Industrial, com empresas nos setores de confecções, móveis e alimentos, além de outras em fase de instalação. Oferece um total de aproximadamente 210 empregos.

Conexo à agricultura, Novo Itacolomi, produziu ao longo destes anos produtos voltados a subsistência e exportação. Cultivos como café, arroz, feijão, milho, soja, trigo, além da pecuária leiteira e de corte, sempre figuraram no cenário agrícola desde os primeiros plantios no município até a atualidade.

Nos últimos anos, tem-se adotado no município uma política voltada a conter o êxodo rural através, do apoio e incentivo por parte da prefeitura local com a implantação de culturas e atividades alternativas. Ultimamente produz cultivos de bananas, cerca de 200 hectares, fazendo do município o campeão dessa produção no Vale do Ivaí. Outra atividade econômica de relevância tem sido a avicultura, onde as primeiras instalações ocorreram no ano de 1993, que praticada em todo o município, num total de aproximadamente setenta barracões com capacidade de 15.000 aves cada, gera uma produção anual de aproximadamente 06 milhões de aves, também concedendo ao município o mesmo título. Os barracões se espalham por toda área territorial do município. Porém, nesse contexto, muitas famílias sobrevivem da renda dos aviários direta e ou indiretamente, o que economicamente é muito viável para o município, pois conteve, de certa maneira, o êxodo rural.

2.1.2 Aspectos Geográficos

Localiza-se a uma latitude 23°45'50" sul e a uma longitude 51°30'25" oeste, possui uma altitude média de 620 metros, área de 160,585 Km² e fica a 379,70 Km da capital, Curitiba (IPARDES, 2015).



FONTE: Disponível em http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Novo-Itacolomi_Parana_Brazil.gif?uselang=pt-br#mediaviewer/File:Parana_Municip_Novoltacolomi.svg. Acesso em: 12 março 2015.

Figura : Localização do Município no Paraná

O Clima é subtropical úmido (mesotérmico) com média do mês superior a 22°C e do mês mais frio inferior a 18°C, sem estação seca definida, verão quente e geadas menos frequentes.

A formação geológica é de embasamento vulcânico o que deu origem à terra roxa. A topografia apresenta-se muito acidentada com formação de vales.

Faz parte da região Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense e da Microrregião Geográfica Apucarana. A Mesorregião é composta por 79 municípios, dos quais se destacam economicamente, os municípios de Londrina, Maringá e Apucarana.

As fronteiras do município são: Cambira, Apucarana, Rio Bom, Borrazópolis, Kaloré e Marumbi.



FONTE: IPARDES, 2015

Figura : Limites do Município

2.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 a população total itacolomiense é de 2.827 habitantes, sendo que desse total, 1.485 são do sexo masculino e 1.342 do sexo feminino e, 1.588 vivem na cidade enquanto 1.239 vivem no campo conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1: População do município segundo tipo de domicílio e sexo

Tipo de domicílio	Masculina	Feminina	Total
Urbano	825	763	1.588
Rural	660	579	1.239
Total	1.485	1.342	2.827

Fonte: Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 12 de março de 2015.

A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de -0,14% ao ano, passando de 2.866 para 2.827 habitantes. A justificativa provável para a saída da população do município está na procura desta por centros maiores.

Tabela 2: População residente e por faixa etária, IDH, IDI e taxa de analfabetismo

População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a ou mais	Total
Urbana	2000	79	42	195	65	143	191	543	1.258
	2007	70	46	235	76	167	202	584	1.380
	2010	71	43	220	82	192	229	751	1.588
Rural	2000	116	43	272	85	206	239	648	1.609
	2007	50	19	198	60	140	159	643	1.269
	2010	38	32	142	67	122	158	680	1.239
Total	2000	195	85	467	150	349	430	1.191	2.867
	2007	120	65	433	136	307	361	1.227	2.649
	2010	109	75	362	149	314	387	1.431	2.827
	IDH(2)	IDI(3)		Taxa de analfabetismo(4)					
	0,71	0,85		População de 10 a 15 anos		População de 15 anos ou mais			
				3,50		21,10			

Fonte: (1) IBGE - Censo 2000 e 2010 e Contagem 2007; (2) Índice de Desenvolvimento Humano - PNUD - 2000; (3) Índice de Desenvolvimento da Infância - UNICEF - 2004; (4) IBGE - Censo Demográfico de 2000

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 43,89% e em 2010 a passou a representar 56,17% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,7% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 12,0% da população, já em 2010 detinha 15,9% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -3,1% ao ano. Crianças e jovens detinham 26,1% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 747 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 19,3% da população, totalizando 546 habitantes.

Como pode ser observada na Tabela 2 a taxa de analfabetismo é alta entre a população de 15 anos ou mais. Na Tabela 3 a seguir, a exemplo da tabela anterior, é possível averiguar o alto índice de analfabetismo, principalmente entre a população mais velha, o que ajuda a elevar a taxa de analfabetismo da população total. O analfabetismo é um importante problema, ao qual devem ser encontradas, nos próximos anos, estratégias para sua solução.

Tabela 3: Taxa de analfabetismo por faixa etária/2010

Faixa Etária	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais
%	0,6	5,1	8,6	25,0	29,8	40,3

Fonte: Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfpr.def>. Acesso em 12 de março de 2015.

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 9,6%. Na área urbana, a taxa era de 8,2% e na zona rural era de 11,4%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 2,6%.

2.1.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Novo Itacolomi é 0,710, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), ocupando a 1595ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros.

A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com

índice de 0,831, seguida de Renda, com índice de 0,681, e de Educação, com índice de 0,633, conforme tabela abaixo:

Tabela 4 : Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,162	0,522	0,633
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	12,74	32,57	45,66
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	15,83	78,26	96,75
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	38,86	87,67	79,46
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	11,83	67,63	62,23
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	6,52	30,56	59,49
IDHM Longevidade	0,723	0,738	0,831
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,37	69,27	74,88
IDHM Renda	0,515	0,549	0,681
Renda per capita (em R\$)	197,14	243,65	553,56

Fonte: Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/novo-itacolomi_pr#idh. Acesso em 12 de março de 2015.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 28,8 por mil nascidos vivos, em 2000, para 12,9 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 29,1. Com a taxa observada em 2010, o município cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

Tabela 5 : Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,4	69,3	74,9
Mortalidade até 01 ano de idade (por mil nascidos vivos)	29,1	28,8	12,9
Mortalidade até 05 anos de idade (por mil nascidos vivos)	34,0	33,5	15,0
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,9	2,2	1,5

Fonte: Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/novo-itacolomi_pr#idh. Acesso em 12 de março de 2015.

No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,6 anos na última década, passando de 69,3 anos, em 2000; para 74,9 anos, em 2010. Em 1991, era de 68,4 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010; de 68,6 anos, em 2000 e de 64,7 anos, em 1991.

2.1.4 Aspectos Socioeconômicos

2.1.4.1 Produção econômica

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 75,6%, passando de R\$ 13,5 milhões para R\$ 23,7 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 50,0%.

Por ser um município com atividade econômica pouco expressiva, seu Produto Interno Bruto (PIB) não é muito grande, não existe atividade industrial e o comércio atende a uma população pequena, em que o consumo não atinge grandes proporções.

A estrutura econômica municipal demonstra participação expressiva do setor de Serviços, que responde por 50,5% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 7,6% em 2010, contra 8,2% em 2005.

2.1.4.2 Produção agropecuária

Ao analisarmos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2013, apontam que as 05 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas na tabela abaixo:

Tabela 6 : Distribuição das 05 principais culturas de rebanho no município/2013

	Quantidade (cabeças)
Galináceos	1.761.573
Bovino	16.329
Suíno	2.050
Vacas ordenhadas	563
Equino	530

Fonte: IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal – 2013

Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 05 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado na tabela que segue:

Tabela 7 : Distribuição das 05 principais culturas de agricultura no município/2013

	Tipo de Cultura	Quantidade (tonelada)
PERMANENTE	Banana	9.101
	Café	336
	Mandioca	60
	Laranja	35
	Maracujá	16
TEMPORÁRIA	Soja	10.560
	Milho	4.290
	Trigo	329
	Feijão	89
	Fumo em folha	65

Fonte: IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal – 2013

2.1.4.3 Agricultura familiar

O município possuía 417 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 79% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 39% da área, ocupavam 77% da mão-de-obra do setor e participavam com 74% do valor da produção agropecuária municipal. Atualmente, há 279 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) no município.

2.1.4.4 Mercado de trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 1.570 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 1.539 estavam ocupadas e 32 desocupadas. A taxa de participação ficou em 62,7% e a taxa de desocupação municipal foi de 2,0%, sendo um índice bem menor que o do Estado do Paraná de 4,8%.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 22,9% tinham carteira assinada, 27,2% não tinham carteira assinada, 39,6% atuam por conta própria e 0,6% de empregadores. Servidores públicos representavam 2,5% do total ocupado e trabalhadores, sem rendimentos e na produção para o próprio consumo, representavam 7,2% dos ocupados.

Tabela 8 : Pessoas ocupadas por posição na ocupação/2010

Ocupação	Quantidade
Conta própria	609
Empregados sem carteira assinada	418
Empregados com carteira assinada	352
Não remunerados	73
Servidores públicos	38
Trabalhadores na produção para próprio consumo	38
Empregadores	10

Fonte: Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 12 de março de 2015.

Das pessoas ocupadas, 8,0% não tinham rendimentos e 56,6% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 803,76. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 921,25 e entre as mulheres de R\$ 649,84, apontando uma diferença de 41,77% maior para os homens. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por cinco anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 56. No último ano, as admissões registraram 65 contratações, contra 52 demissões.

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 381 postos, 56,1% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 36,9% no mesmo período.

2.1.4.5 Pobreza e transferência de renda

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 2.827 residentes, dos quais 17 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 0,6% da população municipal viviam nessa situação. Do total de extremamente pobres, 14 (84,4%) viviam no meio rural e 03 (15,6%) no meio urbano.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 468 famílias registradas no Cadastro Único e 179 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (38,25% do total de cadastrados).

2.1.4.6 Saúde

Como pode ser observado na tabela abaixo o número de estabelecimentos de saúde do município é pequeno, a cidade sofre uma grande carência de leitos e de diversos tipos de atendimentos especializados, acarretando o deslocamento dos pacientes para atendimento nos municípios de Apucarana, Arapongas e Londrina.

Tabela 9: Estabelecimento de saúde por tipo e localização

Localização	Números de estabelecimentos de saúde					Total
	Unidade Básica de Saúde	Centro de Saúde	Unidade Mista	Pronto Socorro	Hospital	
Urbana	01	01	-	-	-	02
Rural	-	-	-	-	-	-
TOTAL	01	01	-	-	-	02

Fonte: Ministério da Saúde, CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área urbana do município, a coleta de lixo atendia 94,3% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 49,5% dos domicílios particulares permanentes e 1,8% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

2.2 Análise Situacional da Educação

2.2.1 Gestão da Educação

A educação é uma importante “peça na engrenagem” da sociedade e sem dúvida um dos meios mais importantes na construção de um coletivo justo e digno para todos. Nesse sentido uma gestão eficiente é fundamental quando se pensa em educação de qualidade.

2.2.1.1 Aspectos pedagógicos

A educação é, sem dúvida, o mais importante elemento para o desenvolvimento eficaz e eficiente do ser humano. Por isso, tanto se discute e se propõe a melhoria deste setor. O que se sabe é que a organização, o investimento, a existência de infraestrutura adequada, profissionais bem qualificados e valorizados, alunos acompanhados

pedagogicamente, com transporte, alimentação de adequada, são aspectos indispensáveis para se alcançar uma educação de qualidade.

2.2.1.2 Estrutura da educação municipal

A Lei Orgânica Municipal criada em 1993, contempla direcionamentos referentes à educação pública e garante a oferta de ensino de qualidade à população, conforme exposto no Art. 143:

Art. 143 - O ensino deverá ser regido pelos seguintes princípios básicos:

I- Valorização dos profissionais de ensino com a criação de planos de carreira, com ingresso em cargos do magistério através de concursos públicos de provas e títulos realizados periodicamente;

II- Piso salarial líquido, nunca inferior ao Piso Nacional de Salários, com gratificação por regência de classe, ocupação de cargos de confiança de chefia do Poder Executivos e adicionais por tempo de serviço;

III- Garantia de boa qualidade de ensino com aperfeiçoamento dos docentes através de encontros, cursos e outros similares sempre que se detectar queda na qualidade de educação;

IV- Ensino Fundamental gratuito, nos períodos diurnos e noturnos para os que não tenham tido acesso à escola na idade própria;

V- Organização do sistema municipal de ensino visando, principalmente, o atendimento especializado aos portadores de deficiências, além da elaboração de projetos de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

VI- Obrigatoriedade de atendimento em Creches e Pré-Escolas as crianças de até 06 (seis) anos de idade;

VII- Realização de diagnósticos para estabelecer um plano curricular condizente com a situação real do Município; visando, principalmente a erradicação do analfabetismo e universalização do atendimento escolar;

VIII- Estabelecer os conteúdos mínimos para o grau de ensino ofertado pela rede municipal de ensino, respeitados todos os valores estabelecidos em Lei, sempre em língua portuguesa, não esquecendo a oferta de ensino religioso de matrícula facultativa e de natureza interconfessional;

IX- Tratamento uniforme a todos a classe do magistério público municipal, seja nos índices de reajustes ou outro tipo qualquer de tratamento remuneratório ou desenvolvimento na carreira;

X- Municipalização da merenda escolar (NOVO ITACOLOMI, 1993, p. 41).

Para garantir o cumprimento do que é previsto em lei é necessário realizar investimentos na educação e no Plano Plurianual para o período de 2014/2017, onde estão discriminados todos os gastos do poder público municipal em educação com o objetivo de: “manter o funcionamento do ensino fundamental, atendendo uma demanda de até 380 alunos; contrapartida municipal, para aquisição de veículos destinados ao transporte escolar; dar continuidade no transporte de alunos da zona rural para a sede, centralizando o ensino; reformar e ampliar escolas; aquisição de materiais didáticos pedagógicos, para alunos da rede municipal; implementar o programa de alimentação “Merenda Escolar”; contribuir com o

FUNDEB, conforme exigência da Legislação Federal pertinente; dar continuidade na capacitação de professores da rede municipal de ensino de acordo com o Plano de Valorização do Professor, visando a melhoria do ensino fundamental; implementar as bibliotecas na rede municipal, com acervos da literatura infantil e infanto-juvenil, livros didáticos pedagógicos; desenvolver programas de Educação Especial, por meio do termo de convênio firmado entre o município e a entidade APAE; manter a educação infantil em sua primeira fase de vida, através do Centro de Educação Infantil, dotando-o de equipamentos, reparos no prédio, materiais didáticos e profissionais especializados, e em conjunto manter o pré-escolar, com os mesmos critérios e objetivos.” (NOVO ITACOLOMI, p. 33-41).

O município não possui Conselho Municipal de Educação (CME).

As unidades educacionais do município possuem regimentos escolares individuais, sendo que ambos respeitam os dispositivos constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90 e a Legislação do Sistema Estadual de Ensino.

O Conselho de Alimentação Escolar, criado pela Lei Municipal nº 1012/2013 e o Conselho de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB, criado pela Lei Municipal nº 384/2007, encontram-se ativos e atuantes.

O Estatuto do Magistério foi criado pela Lei Municipal nº 262/2005, e em seu Art. 3º. define quais as categorias do pessoal do Magistério que atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental:

Art. 3º. - O Pessoal do Magistério compreende as seguintes categorias:

- Pessoal Docente:
- Pessoal Especialista de Educação.

§ 1º - Entende-se por Pessoal Docente o conjunto de professores que, nas unidades escolares, ministram o ensino sistemático no desempenho de atividades docentes;

§ 2º - Pertence ao Pessoal Especialista de Educação, o membro do Magistério que, possuindo a respectiva qualificação, desempenha atividades de direção, planejamento, orientação, supervisão e outras similares no campo da educação. (NOVO ITACOLOMI, 2005, p. 01)

O referido Estatuto do Magistério estabelece que os docentes do Ensino Regular e Supletivo de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental e Educação Especial devem possuir formação mínima de ensino médio completo na modalidade normal para exercício do Magistério.

A Secretaria Municipal de Educação conta com técnicos qualificados, contudo em número insuficiente para a demanda.

O Plano de Ação Articulada (PAR) tem contemplado metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública, assegurando estratégias para apoio técnico e financeiro, visando dessa maneira uma melhoria da gestão educacional. Como exemplo disso, o município foi contemplado com a construção de uma Escola Infantil, com capacidade para 120 crianças, através do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Pro-Infância, a ser inaugurada em 2016, além de 02 ônibus escolares e mobiliário para as escolas municipais.

Contudo, muitas melhorias ainda devem ser feitas, como a aplicação da Avaliação Institucional que nunca foi feita no município.

2.2.1.3 Organização e funcionamento da educação municipal

Por ser um município de população pequena, Novo Itacolomi não conta com um grande número de escolas. Existe a oferta das etapas e modalidade de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio. Não há Educação de Jovens e Adultos e não existe educação indígena, nem quilombola, uma vez que não há esse público a ser atendido.

Tabela 10: Número de escolas por etapa de ensino - Rede Estadual

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2011	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2012	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2013	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2014	0	0	0	1	0	1	1	0	1

Fonte: IDE – Indicadores Demográficos e Educacionais

O governo estadual mantém apenas uma escola, o Colégio Estadual Tomé de Souza, com oferta de Ensino Médio e dos anos finais do Ensino Fundamental. Apesar de estar localizada na zona urbana atende alunos provenientes tanto da cidade quanto da zona rural. O Colégio oferece atividades complementares aos alunos nas áreas de teatro,

danças, atletismo, futsal, línguas estrangeiras, orientação de estudos e leituras.

Tabela 11 : Número de escolas por etapa de ensino - Rede Municipal

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	1	0	1	1	0	1	0	0	0
2011	1	0	1	1	0	1	0	0	0
2012	1	0	1	1	0	1	0	0	0
2013	1	0	1	1	0	1	0	0	0
2014	1	0	1	1	0	1	0	0	0

Fonte: IDE – Indicadores Demográficos e Educacionais

O município mantém duas escolas municipais:

- Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Dulce, atendendo 63 alunos na Pré-Escola e 50 alunos em período integral na Creche; e
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Ribeiro Franco – atendendo 163 alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A Educação Especial é ofertada somente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Ribeiro Franco e pela entidade filantrópica Escola Antônio R. Quintiliano de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Modalidade Especial, administrada pela APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Novo Itacolomi.

Não há escolas particulares no município.

O município mantém o Projeto Formando para a Vida, com atividades complementares no período do contra turno escolar para 40 crianças de 06 (seis) a 10 (dez) anos sob responsabilidade da Secretaria de Ação Social. As atividades ofertadas são: pintura, coral, capoeira, danças e orientações de estudos e leitura.

2.2.1.4 Apoio ao educando

Em Novo Itacolomi, por intermédio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), todos os alunos do Ensino Fundamental tem acesso ao livro. Esses são escolhidos de forma democrática e participativa pelos professores das disciplinas beneficiadas (Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências e Inglês). Os alunos são orientados a conservar e devolver o livro ao final do ano letivo para que estes

possam ser reutilizados por um período de até 03 (três) anos.

O Programa da Alimentação Escolar é acompanhado e fiscalizado pelo Conselho de Alimentação Escolar. A compra da merenda é realizada através de licitação, o que permite a concorrência justa entre as empresas participantes, bem como, a escolha mais adequada ao município. A merenda é estocada, observando-se o prazo de validade, em local adequado e distribuído entre as unidades escolares de acordo com a quantidade de alunos de cada uma. A merenda existe em quantidade suficiente para atender a toda a demanda de alunos.

O cardápio é construído pelas escolas, já que não há nutricionista no município. Apesar dos pais e a comunidade não participarem da escolha da merenda, a maioria dos alunos a aprovam. Frutas e verduras são presenças constantes na merenda escolar, o que contribui para que na escola os alunos tenham acesso à boa alimentação, possibilite uma reeducação alimentar e criação de hábitos saudáveis.

O município utiliza o mínimo de 30% do Recurso Anual do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) em produtos da Agricultura Familiar.

As merendeiras recebem formação periódica quanto à importância da boa alimentação e de noções de higiene. As escolas possuem as condições necessárias para o preparo da merenda.

Através do Programa Saúde na Escola são realizadas intervenções de saúde com os alunos, como é o caso do Programa de acuidade visual. Existe atendimento psicológico aos alunos da rede municipal, algumas vezes faz-se necessário direcionamento para atendimento em outros setores. Não existe assistência médica ou odontológica dentro das escolas.

O transporte escolar é frequente e seguro, realizado apenas em carros fechados, com horários estabelecidos. Os motoristas possuem Carteira Nacional de Habilitação (CNH) adequada, e recebem qualificação direcionada ao transporte de alunos, e em algumas linhas contam com a ajuda de monitores.

São atendidos pelo transporte escolar, os alunos que precisam se deslocar da zona rural para a cidade, e aqueles alunos que mesmo morando na cidade estão a uma distância superior a 2 km das escolas e alunos da Educação Infantil que são transportados até a escola por ônibus.

Através do Programa Caminho da Escola, Novo Itacolomi, recebeu no ano de 2012, 02 (dois) ônibus escolares que são utilizados de forma adequada no atendimento dos discentes.

2.2.1.5 Acompanhamento pedagógico

O principal objetivo de se ter um Plano Municipal de Educação é alcançar um ensino de qualidade em todas as suas etapas, sendo imprescindível o acompanhamento pedagógico para que se obtenha sucesso no processo educacional. No entanto, o acompanhamento pedagógico precisa contemplar a organização do currículo, preocupando-se com ações de transversalidade dos conteúdos, do planejamento das atividades por parte dos professores, da aplicação do regimento escolar, bem como dos métodos utilizados para avaliar o rendimento dos alunos e dificuldades dos mesmos.

Visando atingir esses objetivos, a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a necessidade de cada escola, oferece orientação e suporte ao trabalho pedagógico nas mesmas. Os coordenadores são orientados de como funciona cada escola, já que cada uma com sua realidade de localização, de perfil de atendimento, de número de alunos, dentre outros, possui sua forma particular de trabalhar e orientar seus professores e alunos.

Desta forma, a Escola Municipal Francisco Ribeiro Franco e o Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Dulce possuem Projeto Político Pedagógico (PPP) e um Regimento Interno elaborado com base na realidade dos alunos e através de reuniões com os funcionários da escola e comunidade.

Outro fator de extrema importância na busca pela melhoria na qualidade do ensino é o planejamento das atividades feitas pelos professores que ocorre de maneira organizada e determinada pelo Estatuto do Magistério do Município, sempre no período destinado às horas-atividade de cada um, proporcional à carga horária de 20 ou 40 horas. Porém, nem sempre acontece coletivamente, pois o horário destinado às horas-atividade de um é diferente do outro.

Vale ressaltar que o professor cuja carga horária é de 20 horas semanais, obedece ao estabelecido no Estatuto com 16 horas/aula, sendo para o professor de carga horária equivalente a 40 horas o dobro disso, 32 aulas.

Os professores são orientados pelos coordenadores a avaliar continuamente o progresso dos alunos, através de observações ou, avaliações oral e escrita. A avaliação é contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Desta forma, o professor consegue detectar algumas das dificuldades enfrentadas pelo aluno, como a dificuldade de aprendizagem e ainda ter uma noção da quantidade de

alunos com esse déficit.

A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). O rendimento mínimo exigido pelo estabelecimento é nota 06 (seis), por disciplina. Os alunos que não alcançam a pontuação necessária para serem aprovados, têm direito a realizar recuperação. A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.

É tão importante quanto o acompanhamento pedagógico em todas as situações descritas anteriormente, o planejamento. Este é elaborado por meio de reuniões que acontecem no início e no decorrer do ano, em que o coordenador se reúne com todos os docentes e através de as, pesquisa e com base no livro didático escolhido pela instituição é elaborado o planejamento anual.

Vale destacar que o município procura promover a equidade da aprendizagem, tentando garantir que os conteúdos básicos sejam ensinados a todos os alunos, sem deixar de levar em consideração os diversos contextos no quais eles estão inseridos, fazendo com que não seja fragmentado o conhecimento, a fim de que a educação realmente constitua o meio de transformação social. Dessa forma, existe a preocupação freqüente em trazer questões relacionadas à interculturalidade, na tentativa de preservar e valorizar a identidade cultural. O conteúdo dos currículos que as escolas do município desenvolvem são atualizados de acordo com a realidade e necessidade do aluno e da instituição.

2.2.1.6 Gestão das unidades escolares

Em se tratando de gestão das unidades escolares, o gestor tem papel importante na operacionalização das políticas públicas de educação e na dinâmica de trabalho escolar. Porém, a integração com a comunidade deverá ser consolidada na busca por uma escola de qualidade. Dessa forma, é imprescindível a participação de alunos, pais e comunidade em geral no cotidiano da escola, nos debates, reuniões e nas decisões a serem tomadas. Há duas excelentes e eficazes ferramentas para isso. A primeira é a formação de Conselhos Escolares. A segunda seria a criação ou mesmo incentivo à formação de grêmios estudantis, a fim de obter uma maior participação do alunado, e isso não acontece de forma efetiva e constante.

No que se refere às dinâmicas e organização das atividades escolares, antes de se iniciar o ano letivo, as escolas fazem um calendário anual em que já se programam os

eventos comemorativos, gincanas, projetos, olimpíadas e torneios. Também são definidos os objetivos, metas e estratégias a serem alcançados, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação através de reunião da equipe gestora com os coordenadores, e professores.

Dentre estas metas, objetivos e estratégias utilizadas, também são definidas algumas regras de convivência. Tudo é repassado e discutido com a comunidade escolar. É importante salientar que as escolas têm autonomia para decidir sobre os esquemas de trabalho, metodologia utilizada e aquisição de equipamentos e materiais, considerando que cada escola é uma instituição com necessidades particulares e diferentes. Assim, possuem demandas, necessidades e metodologias de trabalho próprias, da mesma forma que possuem aquisição de materiais e demais despesas do cotidiano sugeridas pelo gestor para aprovação pela Secretaria Municipal de Educação.

O gestor não é escolhido através de eleição, mas através de indicação ou nomeação, e tem a oportunidade de participar de programas e ações voltadas para a formação de gestores escolares, capacitações em parcerias com programas de apoio ao gestor, que visam uma melhoria em sua prática de trabalho e, como consequência, a qualidade da educação. Ele também é responsável em esclarecer e aplicar normas e procedimentos administrativos, dos quais a escola dispõe e que são amparados pelo Regimento Escolar, este que é utilizado, efetivamente, no cotidiano da escola. Suas normas são do conhecimento de toda a comunidade escolar, assim como, as atribuições de cada setor e os procedimentos adequados ou utilizados em cada situação.

No entanto, para que a escola pública alcance um ensino de qualidade e cumpra a sua função, formando alunos para o exercício da cidadania, o caminho é a descentralização. O caminho é dividir as responsabilidades, decisões, problemas para encontrar as melhores soluções na parceria com alunos, pais, professores e demais funcionários, bem como com outros setores como Secretaria Municipal de Saúde, de Ação Social, dentre outros.

2.2.1.7 Instalações físicas e materiais nas unidades escolares

A infraestrutura educacional é um dos componentes fundamentais no resultado da qualidade da educação. E quando esse quesito básico não é preenchido acarreta maior dificuldade de aprendizagem por parte dos alunos e, aos profissionais da educação, certo desconforto para realização do seu trabalho.

No Município de Novo Itacolomi, os prédios escolares estão bem conservados,

todos contam com biblioteca e/ou cantos de estudo ou leitura, bem como espaço de apoio ao professor.

O Colégio Estadual Tomé de Souza possui quadra de Esportes, assim como o Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Dulce que compartilha a mesma com os alunos da Escola Municipal Francisco Ribeiro Franco. No Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Dulce, há o problema da acessibilidade, pois o prédio escolar precisa de reparos para se adequar à locomoção de alunos com deficiência.

É importante ressaltar que há quadro/lousa, carteiras e mesas para todos os alunos, mesa e cadeira para professor em cada sala, o mobiliário se encontra em bom estado de conservação, pois foram recentemente adquiridos. Há materiais para alunos e professores terem aulas diversificadas, assim como, televisor, computador, material ilustrativo, bibliográfico, visual e sonoro.

Já o material de apoio pedagógico é disponibilizado de acordo com as necessidades de cada unidade escolar. Por outro lado, não há salas de aula suficientes para todas as turmas, sendo necessário adaptar espaços para serem utilizados como salas de aula na Escola Municipal Francisco Ribeiro Franco e no Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Dulce.

Todos os prédios dispõem de água tratada e banheiros suficientes e com condições adequadas de higiene, mas uma minoria não atende aos critérios de acessibilidade, principalmente, em prédios mais antigos. Vale expor que ainda não houve a reformulação de todos os espaços escolares no intuito de equipar as escolas que serão em tempo integral.

Também foi observado que na rede municipal, não existe uma sala de recursos multifuncionais, uma vez que não há espaço adequado para o recebimento desses equipamentos e montagem da sala.

Há três laboratórios de informática com acesso à internet (Escola Municipal Francisco Ribeiro Franco, Colégio Estadual Tomé de Souza e Biblioteca Pública Paulo Hilário) instalado de forma a oferecer segurança aos alunos, funcionários e população em geral. O Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Dulce não possui laboratório de informática.

É importante destacar que os gestores das escolas se preocupam em realizar o controle do patrimônio existente e em manter limpo o ambiente de trabalho, também se preocupam quanto à estética, à adequação dos recursos físicos, ao silêncio e à existência de áreas de lazer e recreação. Consideram que a adequação do espaço físico interfere de

maneira significativa na melhoria do ensino nas nossas escolas. Dessa forma é garantido aos jovens e crianças, não só oportunidades de escolarização ou a universalização do ensino, mas também oportunidades de aprendizagem.

2.3 Valorização dos Profissionais da Educação

Ao analisarmos o quadro atual de valorização do magistério, conforme tabela a seguir, constatamos que a maioria dos docentes que atuam na rede municipal de ensino, possui Licenciatura ou Graduação.

No entanto, nota-se uma redução no número de docentes de 2012 a 2013 devido a saída de alguns docentes e a não reposição.

Tabela 12: Funções docentes por etapas e modalidades – Rede Municipal

Modalidade/Etapa	Funções Docentes						
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Creche	2010	01	01	-	-	-	01
	2011	06	06	-	01	-	07
	2012	02	02	-	02	-	04
	2013	04	04	-	-	-	04
Pré-escola	2010	04	04	-	01	-	05
	2011	04	04	-	01	-	05
	2012	03	03	-	-	-	03
	2013	02	02	-	01	-	03
Anos iniciais do ensino fundamental	2010	14	14	-	-	-	14
	2011	13	13	-	-	-	13
	2012	17	17	-	-	-	17
	2013	11	11	-	01	-	12

Legenda para funções docentes: c/Lic - com licenciatura; c/Gr - com graduação; c/EM - com ensino médio; c/NM - com normal médio; s/EM - sem ensino médio.

Fontes: IDE – Indicadores Demográficos e Educacionais e Secretaria Municipal de Educação

Existe, no município, plano de cargos, carreira e remuneração, que discute as necessidades dos professores, que está sendo revisado e será discutido com os docentes.

Tabela 13: Número de professores e coordenadores da Rede Municipal e Estadual/2015.

Profissionais do Magistério	Ensino Fundamental		Ensino Médio		TOTAL
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	
Professores	32	15	19	-	66
Coordenadores	03	03	01	-	07
Diretores	01	02	01	-	04
Diretores Auxiliares	01	-	-	-	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015. Colégio Estadual Tomé de Souza, 2015 e APAE, 2015

Na educação de Novo Itacolomi há números suficientes de coordenadores tanto na rede municipal como na rede estadual.

Também existem 02 coordenadores e 12 professores estaduais para a educação especial na Escola Antônio R. Quintiliano de Educação Infantil Modalidade Especial.

Tabela 14: Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal/2015.

Cargos	Nível de Escolaridade			
	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Superior Completo
Merendeira	02	-	02	-
Serviços Gerais	02	-	01	02
Zelador	02	-	03	01
Secretário Escolar	-	-	01	01
Atendente de Creche	-	-	03	06
Outros			02	02

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Tabela 15: Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal/2015.

Cargos	Situação Funcional	
	Servidor Público	Contrato Temporário

Professores	15	
Coordenadores	02	01
Merendeira	04	
Serviços Gerais	05	
Zelador	06	
Secretário Escolar	02	
Atendente de Creche	09	
Outros	02	02

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Atualmente, boa parte dos profissionais que trabalham na educação são servidores públicos efetivos (tabela 15) com ensino médio e superior (tabela 14), o que pode determinar sua organização e participação política nas decisões no setor de educação.

Há treinamento de pessoal técnico e administrativo, ou seja, funcionários de apoio às atividades de ensino aprendizagem, efetivos ou contratados recebem cursos de aperfeiçoamento para melhor desempenho de seu trabalho.

O pessoal de apoio participa das reuniões pedagógicas e nas decisões tomadas na escola.

Quanto ao desempenho dos profissionais da educação, há uma avaliação feita pela equipe gestora. Os profissionais são informados como é realizado esse processo, gerando estímulo aos docentes.

Os orientadores pedagógicos das escolas municipais, acompanham junto aos professores, ajudando-os a desenvolver as ações necessárias do trabalho docente.

Com os avanços, percebemos que há um longo caminho a ser percorrido para uma maior valorização do magistério. Realização de concursos públicos, aumentos salariais, maior abrangência de programas de formação para professores, melhor espaço de trabalho físico e pedagógico, ainda são anseios da classe docente.

- **Níveis da Educação: Básica à Superior**

- **Etapas da Educação Básica**

- **Educação Infantil**

A Educação Infantil é de extrema importância para o desenvolvimento da criança, visto que devem ser desenvolvidas, nessa etapa, as suas capacidades nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

É válido ressaltar que é direito de todas as crianças terem acesso à Educação Infantil e há leis que asseguram tal direito. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – LDB nº 9.394/96, alterada pela Lei 12.796/2013, nos artigos 29 e 30 ressalta a organização das crianças em creches e pré-escolas:

Art. 29 – A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 – A educação infantil será oferecida em:

I – Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade.

II – pré-escolas, para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade (BRASIL, 2013, p.12).

Em vista disso, entende-se que a criança tem o direito de ter uma educação de qualidade, em instituições adequadas e profissionais competentes, para que possam assegurar a sua cidadania e a da família, sabendo-se que é importante o cumprimento das leis que regem a educação desde a pré-escola.

A educação infantil para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos passou a ser obrigatória em 2009, quando foi aprovada a Emenda Constitucional nº 59. Os municípios têm até 2016 para universalizar o atendimento. Entre as dificuldades enfrentadas estão a falta de recursos e o planejamento da ampliação.

O Plano Nacional de Educação aborda em sua primeira meta, a necessidade de "universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 04 e 05 anos e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender no mínimo 50% da população de até 03 anos". No município de Novo Itacolomi, observamos na tabela abaixo, que atende 82,4 % da população de 04 e 05 anos e 43,9 % da população de 0 a 03 anos frequenta a escola.

Em termos da taxa de escolarização da Educação Infantil de Novo Itacolomi, no

que se refere à pré-escola, percebemos que este segmento teve um bom nível de escolarização, porém em relação à creche não podemos afirmar o mesmo, já que ao considerarmos o número de crianças dessa faixa etária evidenciamos que grande parte dela não foi matriculada. No entanto, ambos itens são superiores à média nacional.

Tabela 16: Taxa de escolarização da Educação Infantil/2010

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não matriculados	Total (C)%
Creche (0 a 3 anos)	109	31	40	43,90
Pré-escola (4 a 5 anos)	75	62	13	82,40
Total	184	93	53	50,54

Fonte: IDE – Indicadores Demográficos e Educacionais

De acordo a tabela 17, a evolução da matrícula da Educação no município pouco oscilou no decorrer dos anos, sendo concentrada na zona urbana, uma vez que não há escola em zona rural no município.

Tabela 17: Evolução da matrícula da Educação Infantil

Ano	Municipal		Total
	Urbana	Rural	
2011	89	-	89
2012	83	-	83
2013	93	-	93

Fonte: IDE – Indicadores Demográficos e Educacionais

Na zona urbana funciona somente uma instituição de Educação infantil. O espaço é considerado inadequado e insuficiente para atendimento a todas as crianças, pois anualmente vem crescendo o número de crianças matriculadas. Desta forma, em 2014, o município ampliou o prédio, com recursos próprios, em mais 44 m².

O município também foi contemplado com a construção de uma Escola Infantil, com capacidade para 60 crianças em período integral, através do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Pro-infância, a ser inaugurada em 2016.

Após a inauguração do novo prédio, o município contará com 02 Centros de Educação Infantil com vistas a atender toda a demanda.

O levantamento da natalidade da cidade torna-se importante para que se tenha idéia sobre as tendências de oferta da Educação Infantil. A próxima tabela apresentará a frequência por ano de nascimento do município.

Tabela 18: Número de nascidos vivo por ano

Nascidos Vivo			
Ano	2011	2012	2013
Quantidade	30	35	30

Fonte: Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 03 de abril de 2015.

Universalizar o atendimento dos alunos de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos e atingir uma taxa de 50% de atendimento para crianças de até 03 (três) anos representa aumentar o atendimento de alunos. São grandes desafios, principalmente considerando que o custo por aluno na Educação Infantil é muito superior ao das outras etapas da Educação Básica, já que o número adequado de alunos por turma para essa etapa é menor do que para outras etapas da Educação Básica. Para tanto, torna-se necessário à construção de mais unidades escolares com o intuito de garantir o atendimento adequado às crianças.

Entendemos que os primeiros anos de vida de uma criança são decisivos para seu desenvolvimento futuro e até então, as crianças desenvolvem capacidades fundamentais, com base nas quais todas as suas outras habilidades cognitivas serão construídas. Nesse sentido, buscamos construir nossa proposta curricular de acordo ao Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e as Diretrizes Nacionais da Educação Infantil, com o intuito de promover o desenvolvimento global da criança nos aspectos cognitivo, psicomotor, afetivo e social.

Na Educação Infantil é de extrema importância que haja o acompanhamento da aprendizagem dos educandos. Segundo o Referencial:

A avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas potencialidades ao longo de seu processo de aprendizagem. (BRASIL, 1998, p. 59)

Os educadores do município são orientados a avaliarem na sala de aula, nos encontros de todas as instâncias da instituição ou da comunidade escolar; no

desenvolvimento de projetos temáticos, sociais e culturais; nos encontros e/ou reuniões bimestrais, dentre outros. Essa avaliação sempre é feita por meio de observações e registros. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – LDB Nº 9.394/96 no artigo 31, afirma que: “Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”.

Pode-se ressaltar mudanças significativas para a melhoria do atendimento das crianças de Novo Itacolomi, como a construção de mais uma Escola de educação Infantil em tempo integral.

Diante do exposto, percebemos que a demanda do município é grande e que os desafios são muitos. É preciso que se busque todas as formas e meios para que as metas sejam atendidas com qualidade, para todos os sujeitos.

- **Ensino Fundamental**

Como afirma a Constituição Federal, em seu artigo 205, a educação é:

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Todos têm direito de acesso à educação, que compreende múltiplas dimensões: educação especial, educação do campo, educação infantil, educação de jovens e adultos, educação profissional. O ensino fundamental, assim como as demais modalidades, é, no atual sistema de ensino brasileiro, de grande importância para a formação de cidadãos críticos e participativos. É durante essa etapa de ensino que o educando passa boa parte de sua vida escolar.

De acordo com a LDB a jornada escolar no ensino fundamental: “[...] incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Assim de acordo com a LDB o município de Novo Itacolomi deve prever a ampliação da jornada de ensino, que atualmente é de um turno, para a modalidade integral.

Enfatiza-se que o aumento de duração de ensino fundamental obrigatório e gratuito para 09 (nove) anos e das matrículas serem realizadas a partir dos 06 (seis) anos de idade, conforme a Lei Federal nº 11.274, de fevereiro de 2006, já está sendo aplicada.

Tabela 19: Evolução da matrícula do Ensino Fundamental

Ano	Municipal		Total
	Urbana	Rural	
2011	373	-	373
2012	360	-	360
2013	346	-	346

Fonte: IDE – Indicadores Demográficos e Educacionais

Ao realizar a análise da tabela 19, nota-se que o número de matrículas no ensino fundamental não oscilou muito entre os anos de 2011 a 2013. Mas considerando que o município possui 43% da sua população na zona rural, e pela inexistência de escolas nessa zona, permite-se a conclusão de que a população estudantil da zona rural é transportada diariamente para a cidade, para ter acesso à educação.

Tabela 20: Taxa de escolarização líquida da população de 07 a 17 anos/2010

Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)
77,50	50,00

Fonte: Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

Ao observar os dados da tabela 20, percebe-se uma significativa diminuição da taxa de escolarização do ensino fundamental e do ensino médio, o que pode levar a conclusão de que 22,50% da população abandona a escola após o término do ensino fundamental, não dando continuidade aos estudos.

Tabela 21: Nível educacional da população de 06 a 14 anos

Faixa etária/ Anos	Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos	% de 6 a 14 anos na escola	% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso
2000	2,62	95,56	2,89
2010	2,19	97,83	20,45

Fonte: Disponível em <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta>. Acesso em: 03 de abril de 2015

Ao observar os números da tabela 21 conclui-se que a educação de Novo Itacolomi vem evoluindo nesses 10 anos analisados, mas apesar da melhora há ainda o que avançar, uma vez que não é aceitável que se tenha crianças nessas faixas etárias analfabetas ou fora da escola.

Ressalva-se que a porcentagem de 97,83 de crianças entre 06 a 14 anos na escola é inferior à média paranaense de 98,8% e nacional de 98,4%.

A porcentagem de crianças com 02 ou mais anos de atraso também é preocupante, uma vez que aumentou significativamente na última década.

Tabela 22: Percentual da população frequentando ou que já terminou o ensino fundamental

Faixa etária/ Anos	% de 11 a 13 anos de Idade frequentando os anos finais do fundamental ou que já o concluiu	% de 15 a 17 anos com fundamental completo	% 18 anos ou mais com fundamental completo	% de 15 a 17 anos no ensino fundamental
2000	87,67	67,63	32,57	27,83
2010	79,46	62,23	45,66	8,09

Fonte: Disponível em <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

Na tabela 22 é possível notar que do ano de 2000 a 2010 os dados não melhoraram e o número de estudantes que frequentam ou que concluíram o fundamental vem diminuindo na última década.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas no ensino, contudo, é a distorção idade/série. Em 2010, 08,09 % da população entre 15 a 17 anos ainda estava há mais de 09 (nove) anos cursando o ensino fundamental sem conseguir aprender conceitos básicos da educação como: leitura e interpretação de texto, escrita, identificação e resolução das quatro operações básicas.

Tabela 23: Matrícula do Ensino Fundamental I do Município na Rede Municipal/ 2015

Idade	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Total
06 anos	07					7
07 anos	21	08				29
08 anos	01	14	11			26
09 anos		01	20	19		40
10 anos			02	07	32	41
11 anos				01	04	05
12 anos				03	02	05
13 anos				01	01	02
14 anos					01	01
15 anos						

16 anos ou mais						
Nº de alunos total em defasagem	01	01	02	04	04	12
% em defasagem	3,45	4,35	6,06	12,90	10,00	7,69

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Os dados referentes à defasagem (tabela 23) demonstram um índice baixo de alunos em defasagem. No entanto, deve ser questionado quais fatores são responsáveis para que esse número não seja nulo e quais providências podem ser tomadas para baixar ainda mais esse índice. Pode-se levantar possíveis causas como: deficiência na alfabetização, falta de estímulo dos estudantes.

Tabela 24 : Taxa de distorção idade-série, rede municipal/2014

Ano do Ensino Fundamental	Taxa de Distorção		Total
	Município	Estado	
2º ano	6,1		6,1
3º ano	7,1		7,1
4º ano	9,5		9,5
5º ano	13,2		13,2
6º ano		26,3	26,3
7º ano		13,5	13,5
8º ano		25,5	25,5
9º ano		8,7	8,7
Média Total	8,0	18,5	13,3

Fonte: Disponível em <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

As taxas de distorção idade-série (tabelas 23 e 24) são baixas, mas nota-se que os números crescem conforme aumenta o ano de ensino. Isso pode ser explicado pelas dificuldades no aprendizado de disciplinas bases como, Língua Portuguesa e Matemática, e que acaba se agravando conforme as dificuldades das disciplinas aumentam e os problemas de aprendizado básico não são solucionados. Todavia, esse quadro pode ser melhorado, com o Programa Pacto Pela Alfabetização na Idade Certa e do Pacto Estadual Pela Alfabetização, que visam apoiar os educandos das séries iniciais, para que superem as dificuldades de aprendizado.

Tabela 25: Taxa de rendimento do ensino fundamental/2013

Ano do Ensino Fundamental	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
1º ano	100,0	0,0	0,0
2º ano	90,0	10,0	0,0
3º ano	100,0	0,0	0,0
4º ano	97,1	2,90	0,0
5º ano	92,9	7,1	0,0
6º ano	71,4	26,2	2,4
7º ano	82,6	15,2	2,2
8º ano	81,6	18,4	0,0
9º ano	90,2	9,8	0,0

Fonte: Disponível em <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

Após a análise da tabela 25, verifica-se que o percentual de reprovados e de abandono são mais preocupantes nos anos finais do Ensino Fundamental. A reprovação e o abandono são fatores que muito prejudicam no desempenho do município na avaliação do IDEB (tabela 26).

O município possui somente uma escola de Ensino Fundamental para os anos iniciais, mantida pelo município e apenas uma para os anos finais e Ensino Médio, mantida pelo Estado do Paraná. Ambas são avaliadas pelo IDEB.

Tabela 26: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Ensino Fundamental

Anos iniciais do Ensino Fundamental					Anos finais do Ensino Fundamental				
IDEB Observado		Metas			IDEB Observado		Metas		
2007	2009	2011	2013	2021	2007	2009	2011	2013	2021
5,4	5,4	5,6	5,3	6,3	4,8	4,8	5,2	4,7	6,0

Fonte: Disponível em <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

Ao realizar um contraponto entre a taxa de rendimento com os resultados do IDEB (tabela 26), fica claro que o desempenho do ensino fundamental de Novo Itacolomi precisa ser melhorado para que o município seja capaz de atingir as metas estabelecidas para 2021.

Para que isso aconteça o município terá que superar os desafios impostos: melhorar a infraestrutura das escolas, dar condições necessárias para os professores se aprimorarem, produzir as condições físicas, sociais, culturais necessárias à melhoria do aprendizado do discente.

Isso só será possível, se houver planejamento e trabalho coletivo bem estruturado com a finalidade de realizar a educação de qualidade gratuita e inclusiva.

Diante de todo o exposto cabem as seguintes reflexões:

- Seria a educação em tempo integral uma das soluções para o problema?
- O município está preparado para iniciar o atendimento em tempo integral?

Com atendimento ampliado ficaria mais fácil implantar programas e ações de melhoria da aprendizagem. É claro que integrado à educação, devem estar programas de saúde, o esporte e a cultura.

O aluno não pode ficar todo o tempo de aula sentado e ouvindo as explanações dos professores. É preciso buscar metodologias que atraiam o discente. É necessário praticar esporte e incentivar a criação artística. É claro que para isso serão necessários profissionais qualificados, alunos incentivados e infraestrutura adequada.

• **Ensino Médio**

O ensino médio no município de Novo Itacolomi é oferecido pela rede estadual, sem a participação efetiva do município, como garantido pela LDB.

O Colégio Estadual Tomé de Souza Ensino Fundamental e Médio, além de oferecer os anos finais do ensino fundamental, oferece vagas nas três séries do ensino médio, sendo em 2015, 02 turmas de primeiro ano, 02 de segundo ano e 02 turmas de terceiro ano.

Tabela 27 : Evolução da matrícula do ensino médio, por dependência administrativa e localização

Ano	Municipal		Total
	Urbana	Rural	
2011	120	-	120
2012	109	-	109
2013	109	-	109

Fonte: IDE – Indicadores Demográficos e Educacionais

Essa modalidade de ensino é oferecida somente na zona urbana e os alunos

provenientes da zona rural devem deslocar-se para a cidade (tabela 27).

Tabela 28: Taxa de escolarização do ensino médio/2010

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não matriculados	Total (C)%
Ensino Médio (15 a 17 anos)	149	114	35	76,51

Fonte: IDE – Indicadores Demográficos e Educacionais

Tabela 29: Taxa de rendimento do ensino médio/2013

Ano do Ensino Médio	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
1º ano	83,3	16,7	0,0
2º ano	100,0	0,0	0,0
3º ano	96,8	3,2	0,0

Fonte: Disponível em <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

Apesar da taxa de abandono ser nula (tabela 29) o que tem mobilizado toda a comunidade escolar é a taxa de escolarização do Ensino Médio, (tabela 28) uma vez que em 2010, somente 76,51% da população, com idade entre 15 a 17 anos, foi matriculada.

As taxas de aprovação e reprovação são satisfatórias.

Tabela 30: Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM

Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
2009	457.90	478.55

Fonte: IDE – Indicadores Demográficos e Educacionais

Os alunos são motivados a participarem de avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Muitos destes alunos ingressam no ensino superior com notas obtidas através do ENEM, motivando outros concluintes do ensino médio para a participação nas avaliações do citado exame.

- **Educação Superior**
- **Ensino Superior**

A Educação Superior tem por finalidades primeiras de acordo a LDB nº 9.394/96, capítulo IV, artigo 43, inciso I e II:

[...] I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo e II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua (BRASIL, 1996).

No caso de Novo Itacolomi o número de pessoas que buscam o ingresso em cursos de ensino superior é cada vez maior, apesar de ainda ser pequeno o índice de estudantes universitários do município.

Não há no município a presença de universidades ou faculdades particulares ou públicas, isso faz com que os interessados em continuar seus estudos, após o término do ensino médio, tenham de procurá-los em outras cidades. Nesse caso, a maioria se dirige as cidades próximas, e ingressam em parte:

- FAFIJAN – Faculdade de Jandaia do Sul;
- UEM – Universidade Estadual de Maringá;
- UFPR – Universidade Federal do Paraná - Campus Jandaia do Sul;
- CESUMAR – Centro Universitário de Maringá;
- UNESPAR – Universidade Estadual do Norte do Paraná, em Apucarana;
- FAP – Faculdade de Apucarana;
- FACNOPAR – Faculdade do Norte do Paraná, em Apucarana; e
- UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná, em Araçongas.

Haja vista a demanda considerável de profissionais da área de educação, os estudantes vêm optando por outras áreas de conhecimentos, diminuindo o ingresso em cursos de licenciatura.

Já os profissionais da área de educação do município não buscam o Ensino Superior através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) proposto pelo MEC, como também não utilizam a Plataforma Freire, para cursos à distância.

Não existe colaboração do Poder Público Municipal com relação a alunos de baixa renda que ingressam no Ensino Superior, uma vez que existem bolsas de auxílio estudantil disponibilizados pelo Governo Federal.

- **Modalidades da Educação Básica**

- **Educação de Jovens e Adultos**

A educação de jovens e adultos é oferecida àqueles que não tiveram acesso à educação na idade devida, mas esse direito está garantido a essa clientela na LDB e na Constituição de 1988, Art. 208, inciso I, que determina o acesso ao ensino fundamental gratuito, inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade própria.

Diante do grande contingente de jovens a partir de 15 anos fora da escola ou com distorção idade-série, a LDB também vai garantir uma modalidade de educação que visa abraçar a realidade desses alunos quando inseridos na educação, em que deve atender aos interesses e as necessidades desses que já trazem consigo uma experiência de vida e não devem ser tratados dentro da escola de maneira infantilizada. Além disso, o ensino deve ser também oferecido em cursos presenciais, semipresenciais, bem como através de exames supletivos.

Tabela 31: Nível educacional da população jovem

Faixa Etária (anos)	Taxa de Analfabetismo			% frequentam a escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
15 a 17	2,82	4,71	2,01	32,27	88,80	83,99
18 a 24	4,86	4,57	1,59	12,82	25,30	24,76

Fonte: Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta/>. Acesso em 03 de abril de 2015.

Tabela 32: Nível educacional da população adulta com mais de 25 anos

	1991	2000	2010
Taxa de Analfabetismo			
25 a 29 anos	11,26	1,91	2,04
25 anos ou mais	32,25	26,16	12,54
Percentual de Atendimento			
% de 25 a 29 anos na escola	3,63	3,83	8,11

Fonte: Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta/>. Acesso em 03 de abril de 2015.

É possível perceber na tabela 32 que o número de pessoas analfabetas, em 2010, é menor do que no ano de 1991. Essa melhoria está relacionada à conscientização

dos jovens da necessidade de estar atualizados no mundo globalizado e que isto só é possível através da leitura e da escrita.

O índice de alfabetização de jovens com mais de 25 anos (tabela 32) não é tão satisfatório quanto os apresentados na tabela 31, apesar de haver uma diferença muito grande em relação aos anos anteriores.

Os números evidenciados nas tabelas demonstram que deve haver uma política de conscientização no município de Novo Itacolomi, para incentivar esses educandos no processo ensino-aprendizagem e identificar também outros problemas que levaram esse índice de alfabetização a ficar menor entre essa faixa etária, apesar de que esses adultos são pessoas que se sentem desmotivadas pela idade e também pelo cansaço adquirido no labor do cotidiano.

O município de Novo Itacolomi não oferece a modalidade EJA nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Já os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio são ofertados pelo CEEBJA - Centro Estadual de Educação Básica Jovens e Adultos Cecília Meireles - Ensino Fundamental e Médio de Jandaia do Sul, porém, com baixa participação dos alunos. Do sexto ao nono ano do ensino fundamental há 35 matrículas, mas somente 15 alunos frequentando e no ensino médio há 27 matrículas, somente 17 alunos frequentando.

- **Educação no Campo**

A Legislação educacional brasileira apresenta uma ampla base legal para a instituição de políticas diferenciadas para o atendimento escolar das pessoas que vivem no campo. De acordo com a LDB, as especificidades do atendimento escolar no campo são referenciadas em seu artigo 28, segundo o qual para a oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino removerão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente no que se refere a: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos educandos da zona rural; II- Organização escolar própria, incluindo a organização do calendário escolar, as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Segundos dados do Censo Demográfico, em 2010, a população de 0 a 17 anos residente na zona rural era de 270 pessoas e a residente em zona urbana de 416 pessoas. Devido ao fato de Novo Itacolomi ser um município de pequeno porte, com

recursos escassos é inviável a manutenção de escolas no campo considerando sua pequena extensão territorial de 160,585 Km². Portanto, se torna viável, economicamente, o deslocamento dos alunos da zona rural para a urbana.

- **Educação Especial**

No Brasil, nas últimas décadas registram-se consideráveis avanços, ressignificando a função da escola especial, que visa oferecer atendimento especializado restritamente a alunos que não apresentem nenhuma condição de frequentar o sistema do ensino comum, conforme cita a lei nº 9.394/96, no capítulo V da educação especial no §2º:

O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996).

O município de Novo Itacolomi possui convênio com a APAE do município, com a finalidade de desenvolver programas de Educação Especial. A APAE, entidade sem fins lucrativos, é mantenedora da Escola Antônio R. Quintiliano de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Modalidade Especial, que atende 39 alunos na educação especial, divididos nas etapas: Creche, Pré-Escola e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Já a rede municipal de ensino atende na Escola Municipal Francisco Ribeiro Franco 03 alunos com deficiência intelectual, matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para isso, o município conta com uma sala apropriada e professores capacitados na área.

O município disponibiliza transporte aos alunos até a Escola Antônio R. Quintiliano.

Os dados informados na tabela abaixo tratam da demanda de estudantes com necessidades educativas especiais alcançadas pela educação no município.

Tabela 33: Matrículas da Educação Especial de Novo Itacolomi

	Ed. Infantil	Séries Iniciais do E.F.	Séries Finais do E.F.	Ensino Médio	Total
Deficiência Visual	-	-	01	00	01
Deficiência Mental	05	38	00	00	43

Deficiência Física	-	-	01	00	01
Deficiência Auditiva	-	-	01	00	01
Deficiência Múltipla	-	-	00	00	00
Altas Habilidades/ Superdotação	-	-	00	00	00
Transtornos Globais do Desenvolvimento	-	-	01	00	01
Deficiência Intelectual	-	05	17	02	24
Total	05	43	21	02	71

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Analisando a tabela acima, verifica-se que há um número expressivo de alunos com necessidades especiais no município de Novo Itacolomi, no entanto, é ofertada educação especial de qualidade. A Escola Antônio R. Quintiliano possui estrutura física adequada e profissionais qualificados para realizar o ensino aos discentes.

- **Educação Profissional**

No estado do Paraná, a partir de 1990, a Educação Profissional passou por reformulações na organização curricular, resultante de políticas públicas educacionais e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, reestruturação que só foi possível a partir da revogação do Decreto n. 2.208/97 e a promulgação do Decreto n. 5.154/04. O Decreto restabeleceu a oferta da educação profissional integrada ao ensino médio, possibilitando a criação de propostas curriculares articuladas com a questão do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia, com o fim de contribuir na formação do aluno trabalhador.

Desta forma, o Ensino Médio Integrado foi implantado no estado do Paraná no ano de 2004. Em termos práticos, isso representou a necessidade de uma reestruturação curricular, a instituição de quadro próprio de professores para esta modalidade, a formação continuada e melhoria da estrutura física das escolas. Essa integração requeria escolas bem equipadas no que se refere à estrutura, laboratórios, bibliotecas, bem como professores e demais profissionais preparados e em constante formação e, sobretudo, garantia de financiamento.

No município de Novo Itacolomi não há essa modalidade de ensino pelo fato de não haver instituições estaduais ou federais que possam ofertar a Educação Profissional.

- **Recursos Financeiros para a Educação no município**

Os recursos destinados à educação têm tido grande destaque na mídia nacional recentemente. A cada dia a população conscientiza-se da necessidade de investir em educação para que o país possa alcançar desenvolvimento social e econômico.

Os recursos disponíveis são de grande importância na elaboração das metas deste documento. Por isso, é necessário pensar, avaliar e discutir os valores gastos pela administração pública, em educação, nos últimos anos.

Tabela 34: Receitas do setor educacional administradas pelo município

Ano	Alimentação	Transporte	Quota	Outras	Total
	Escolar R\$	Escolar R\$	Estadual/ Município R\$	Receitas R\$	
2011	19.320,00	30.462,48	54.945,99	-	104.728,47
2012	23.076,00	28.581,93	61.680,50	346.880,00 PAR	460.218,43
2013	24.800,00	19.938,44	64.992,67	23.334,56	133.065,67
2014	28.320,00	17.368,70	74.178,96	23.573,00 PAR 25.598,37 Brasil Carinhoso	169.039,03

Fonte: Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

Pode-se observar na tabela 34 que os valores investidos em alimentação têm crescido nos últimos anos, já em transporte tem havido uma queda no total designado.

Tabela 35: Recursos aplicados em educação pelo município por nível ou modalidade de ensino

Ano	Ed. Infantil	Ensino	Educação	Contribuição Social do Salário- Educação	Total
		Fundamental	Especial		
2011	298.718,56	1.114.118,64	14.000,00	65.050,58	1.491.887,78
2012	468.210,85	1.508.536,27	55.000,00	40.853,53	2.072.600,65
2013	273.084,39	1.352.917,09	29.570,00	54.504,08	1.710.075,56
2014	302.808,38	1.786.188,86	115.741,12	72.770,08	2.277.508,45

Fontes: Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/siope/>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

Os gastos com educação especial cresceram muito entre 2011 a 2014. Contudo, os maiores gastos são com ensino fundamental, modalidade na qual está inserido o maior

número de crianças. Não há gastos com EJA uma vez que essa modalidade não é ofertada pelo município.

Tabela 36: Despesas com educação do município, por categoria e elementos de despesa.

Ano	Despesas Correntes			Despesas de Capital			Total
	Pessoal	Mat. Consumo	Sub-total	Obra e Instalação	Equipamentos	Subtotal	
2011	900.371,80	555.212,03	1.455.583,83	7.817,00	31.859,60	39.676,60	1.495.260,43
2012	1.180.347,44	723.094,76	1.903.442,20	10.299,20	346.880,00	357.179,20	2.260.621,40
2013	1.172.887,60	491.786,42	1.664.674,02	0,00	4.151,00	4.151,00	1.668.825,02
2014	1.528.625,44	610.906,66	2.139.532,10	59.959,92	50.423,00	110.382,92	2.249.915,02

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Tabela 37: Receita de aplicação de recursos recebidos do FUNDEB no município

Ano	Total Recebido	Aplicação		
		Pagamento dos Profissionais do Magistério	Ensino Fundamental	Outras despesas Educação Infantil
2011	581.475,10	366.376,00	171.505,86	39.477,02
2012	640.988,87	483.144,52	149.111,02	-
2013	731.140,12	453.631,37	248.193,25	-
2014	835.038,27	505.070,07	235.919,47	66.224,25

Fonte: Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/siope/>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

Na tabela 38 é possível perceber que o total aplicado pelo FUNDEB cresceu com o passar dos anos e que, como previsto por lei, a maior parte desse valor é utilizado para pagar o salário dos professores.

Tabela 38: Aplicação no ensino fundamental/2014

Dos Recursos		Da Aplicação	
Receita dos Impostos e transferências	25% da receita de impostos e transferências	Total Aplicado em Educação	% Aplicado
R\$ 10.379.008,13	R\$ 2.594.752,03	R\$ 2.746.429,11	26,46

Fonte: Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/siope/>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

Tabela 39: Recursos da educação no PAA/2014 a 2017

Anos	Dos Recursos		Da Aplicação	
		Previsto em R\$	Programa de Ensino Fundamental	
2014		1.473.515,90	Divisão de Ensino	
		348.509,41	Divisão de Transporte Escolar	
		450.890,06	Divisão de Educação Infantil	
		31.800,00	Divisão de Educação Especial	
2015		1.561.941,00	Divisão de Ensino	
		369.422,00	Divisão de Transporte Escolar	
		477.949,00	Divisão de Educação Infantil	
		33.709,00	Divisão de Educação Especial	
2016		1.655.674,00	Divisão de Ensino	
		391.593,00	Divisão de Transporte Escolar	
		506.633,00	Divisão de Educação Infantil	
		35.733,00	Divisão de Educação Especial	
2017		1.755.031,00	Divisão de Ensino	
		415.094,00	Divisão de Transporte Escolar	
		537.038,00	Divisão de Educação Infantil	
		37.878,00	Divisão de Educação Especial	

Fonte: Lei Municipal 1058/2013 - Plano Plurianual.

O Plano Plurianual (PPA) conta com o acompanhamento e fiscalização do Legislativo Municipal. Contudo, o restante da população não está inserida adequadamente nesse processo.

A Secretaria Municipal de Educação sabe de suas responsabilidades, os recursos devem ser utilizados exclusivamente na atuação prioritária do município. Os investimentos ocorrem de acordo com as matrículas efetivadas na educação infantil, fundamental e ensino médio, conforme censo escolar.

Visa-se, prioritariamente, combater, através de uma educação de qualidade, os maiores problemas da educação municipal de Novo Itacolomi que são a permanência do alunado na escola e o aprendizado, através de uma educação de qualidade.

3 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

Diante de tudo que foi exposto sobre a educação municipal, cabe, após a análise e reflexão das pendências identificadas, estabelecer metas prioritárias para a educação

itacolomiense, que deverão ser realizadas nos próximos 10 (dez) anos. Contudo, antes de pensar as metas e suas respectivas estratégias é necessário discorrer sobre as diretrizes norteadoras deste documento e com base no estabelecido no PNE (Plano Nacional de Educação) aprovado pelo Senado Federal em Dezembro de 2013, que define 10 (dez) diretrizes para a educação nacional, estas mesmas serão diretrizes para o PME.

3.1 Diretrizes

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – valorização dos profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

3.2 Metas e Estratégias

Meta 01: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

- 1.1) Expandir o atendimento da rede pública de educação infantil segundo o

padrão nacional de qualidade;

1.2) Realizar, anualmente, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, com a Secretaria Municipal de Ação Social e Conselho Tutelar, levantamento da demanda por creche para a população de até 03 (três) anos como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.3) Garantir, através de benefícios concedidos pelo Plano de Ações Articuladas (PAR), a melhoria da qualidade do atendimento na educação infantil no que se refere à acessibilidade, bem como sua expansão com a construção e ampliação de escolas por meio de programa nacional e aquisição de equipamentos e materiais didáticos e pedagógicos;

1.4) Estabelecer condições para a habilitação de professores em nível superior, programas permanentes de formação continuada e qualificação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços ligados ao processo de ensino-aprendizagem e teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 05 (cinco) anos;

1.5) Promover o atendimento das crianças da zona rural na educação infantil por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, possibilitando o deslocamento das crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades rurais;

1.6) Garantir o acesso à educação infantil e a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.7) Revigorar e implementar, em caráter complementar, programas e projetos de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos de idade;

1.8) Preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede escolar, garantindo o atendimento da criança de até 05 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso do aluno de 06 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.9) Promover ações de sensibilização das famílias em relação a importância da educação infantil, fortalecendo o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na mesma, em parceria com a Secretaria Municipal de Ação

Social e Secretaria Municipal de Saúde;

1.10) Estimular e garantir o acesso à educação infantil em tempo integral;

1.11) Garantir o transporte escolar adequado às crianças da Educação Infantil visando sua segurança e bem-estar de acordo com a legislação específica.

Meta 02: Universalizar o ensino fundamental de 09 (nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir gradativamente que pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

2.1) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências nas escolas, garantindo ao estabelecimento condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em cooperação com as famílias, Secretaria de Ação Social, Secretaria de Saúde e Conselho Tutelar;

2.2) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com a Secretaria Municipal de Ação Social, Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Tutelar;

2.3) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial;

2.4) Disciplinar, no âmbito do sistema de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, identidade cultural e com as condições climáticas da região;

2.5) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.6) Possibilitar a construção, reforma e manutenção de escolas, através de parcerias com a União, de forma a atender toda a demanda e a criação de novos espaços de prática esportiva e cultural;

2.7) Criar e implementar plano ou programa de recuperação da distorção idade/série, de forma que os alunos possam estudar na série recomendada a sua idade,

sem perda da qualidade do ensino;

2.8) Realizar, em parceria com a Secretaria de Ação Social, combate à exploração do trabalho infantil;

2.9) Incentivar a construção de projetos de prevenção e enfrentamento de casos de violências;

2.10) Assegurar a instalação e manutenção dos laboratórios de informática em todas as escolas do ensino fundamental, progressivamente, tendo em vista o desenvolvimento de pesquisas/estudos e projetos interdisciplinares.

Meta 03: Universalizar até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final da vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1) Institucionalizar em parceria com o Estado currículo escolar adequado à realidade local, que abranja conteúdos obrigatórios e eletivos articulados a dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte;

3.2) Conjuguar esforços, junto ao governo do Estado, para aquisição de equipamentos e laboratórios, para a manutenção e elevação da qualidade de ensino;

3.3) Requerer, junto ao governo estadual, a manutenção, quando necessário da escola estadual presente no município;

3.4) Constituir parcerias junto ao Estado para a formação continuada de professores;

3.5) Solicitar do órgão competente a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.6) Apoiar a participação dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM;

3.7) Solicitar, junto ao órgão competente, a criação de rede de proteção contra formas de exclusão, motivadas por discriminação racial, por orientação sexual ou outra forma de preconceito;

3.8) Buscar a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos que abandonaram o ensino fundamental e incentivar seu retorno a sala de aula;

3.9) Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania.

Meta 04: Universalizar, para a população de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1) Realizar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Ação Social e a Secretaria Municipal de Saúde, levantamento de pessoas com idade de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.2) Garantir salas de recursos multifuncionais nas escolas municipais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;

4.3) Adequar o espaço físico das escolas de forma que sejam acessíveis aos alunos com deficiência;

4.4) Garantir a oferta do atendimento educacional especializado a todos os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de diagnóstico;

4.5) Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.6) Garantir a oferta de profissionais no atendimento educacional especializado como instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia - intérprete, bem como de monitor ou cuidador, de acordo, com a necessidade discente;

4.7) Possibilitar, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, o diagnóstico de alunos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que já estão em sala de aula;

4.8) Estimular a formação de profissionais que atuam na sala de aula para o melhor atendimento dos alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.9) Estabelecer políticas públicas que contribuam com o diagnóstico precoce das necessidades educacionais especiais, comunicando e orientando o trabalho da unidade escolar.

Meta 05: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

5.1) Manter e aperfeiçoar medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos com 09 (nove) anos de idade;

5.2) Elaborar e implementar, a nível municipal, instrumentos de avaliação específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano;

5.3) Estimular o desenvolvimento de inovação das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.4) Estabelecer e manter condições para a habilitação de professores para a alfabetização de crianças, promovendo cursos de formação continuada com o intuito de oferecer o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.

Meta 06: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

Estratégias:

6.1) Promover a oferta de educação em tempo integral para o ensino fundamental, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 07 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;

6.2) Articular, em regime de colaboração, ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação integral;

6.3) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, e equipamentos públicos como centro cultural, biblioteca e praças;

6.4) Buscar a contratação de profissionais com qualificação em artes, educação

física e informática de forma a atender a demanda de educação integral implantada no município;

6.5) Estabelecer políticas públicas de modo a garantir contratação de equipe multidisciplinar (psicóloga, fonoaudióloga, psicopedagoga).

Meta 07: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,5	5,8	6,1	6,3
Anos finais do Ensino fundamental	5,3	5,6	5,8	6,0
Ensino Médio	4,5	5,0	5,2	5,4

Estratégias:

7.1) Formalizar e executar os Planos de Ações Articuladas (PAR) dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.2) Incentivar a prática de ações pedagógicas adequadas à realidade de cada unidade escolar;

7.3) Criar e implementar sistema de avaliação da educação pública municipal, que considere os espaços físicos escolares, a gestão pública e escolar, os professores e os demais profissionais da educação;

7.4) Garantir transporte a todos os estudantes da educação da zona rural na faixa etária da educação escolar obrigatória;

7.5) Ampliar o acesso dos alunos à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade;

7.6) Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas que promovam a construção de cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.7) Promover a articulação dos programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, meio ambiente, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.8) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.9) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e a integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação (terapia ocupacional, acompanhamento psicológico, lazer);

7.10) Fortalecer o acompanhamento familiar e possibilitar sua participação efetiva nas decisões tomadas no âmbito escolar;

7.11) Promover a participação dos alunos do ensino médio em projetos escolares municipais extraclasse como, gincanas, olimpíadas, palestras etc.;

7.12) Buscar recursos que possibilitem a criação de novos espaços de aprendizagem e interação educacional como, bibliotecas, quadras poliesportivas, laboratórios de informática;

7.13) Consolidar práticas de combate à reprovação e de correção da defasagem idade/série escolar, identificando boas práticas na rede e incitando a réplica em outras unidades.

Meta 08: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano, para as populações do campo, e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Estratégias:

8.1) Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias, na educação de jovens e adultos, para correção da defasagem idade/série, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado respeitando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2) Implantar programa de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a

alfabetização inicial;

8.3) Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão do ensino fundamental;

8.4) Buscar oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública para os segmentos populacionais considerados;

8.5) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento de acesso à escola, específicos para os segmentos populacionais considerados e identificar motivos de ausência e baixa frequência, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;

8.6) Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social e saúde;

8.7) Criar parceria com a Secretaria Municipal de Ação Social, para acompanhamento dos alunos da Educação de Jovens e Adultos;

8.8) Destinar salas específicas e adequadas à realização de aulas concomitantes com a Educação Profissional para os alunos da Educação de Jovens e Adultos;

8.9) Estabelecer calendário escolar e horários ajustados à realidade das comunidades citadas;

8.10) Incentivar práticas, no setor público e privado, que estimulem seus trabalhadores à retomada e/ou conclusão de estudos na Educação Básica.

Meta 09: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos) até 2015 e, até o final da vigência deste plano, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) Fazer levantamento dos jovens e adultos sem ensino fundamental, a fim de identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3) Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo uma busca ativa em regime de colaboração com o ente federado e em

parceria com organizações da sociedade civil;

9.4) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.5) Executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde;

9.6) Oferecer transporte escolar para alunos da zona rural acima de 18 anos para frequentar a Educação de Jovens e Adultos, oferecida na zona urbana;

9.7) Incentivar práticas, no setor público e privado, que estimulem a alfabetização de seus trabalhadores;

9.8) Considerar as políticas públicas relacionadas a educação de jovens e adultos no que diz respeito às necessidades específicas dos idosos.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional no ensino fundamental até o fim da vigência deste PME.

Estratégias:

10.1) Manter programa nacional, estadual ou municipal de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) Expandir, em regime de colaboração com o Estado e a União, as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;

10.3) Fomentar, em regime de colaboração com o Estado e a União, a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as necessidades do município, visando especificidades das populações tanto da zona urbana quanto da zona rural, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) Ampliar, em regime de colaboração com o Estado e a União, as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos

voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação para a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos;

10.7) Fomentar a aquisição de material didático condizente com a realidade, o desenvolvimento de currículos e metodologias que valorizem os alunos da EJA e fornecer os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.8) Estimular mecanismos de reconhecimento de saberes de adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada.

Meta 11: Disponibilizar condições para que os alunos ingressem na educação profissional técnica de nível médio em parceria com municípios circunvizinhos.

Estratégias:

11.1) Dar suporte aos alunos para que os mesmos busquem o ensino técnico e profissionalizante na região em parceria com os municípios circunvizinhos;

11.2) Buscar junto ao Governo Estadual e Federal a possibilidade de implantação e expansão de oportunidades de estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando a formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

Meta 12: Colaborar com o acesso ao ensino superior de no mínimo 33% da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos.

Estratégias:

12.1) Formalizar apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão das IES regionais nos equipamentos públicos municipais;

12.2) Criar e manter programas de apoio a permanência estudantil no município como o transporte diário;

12.3) Incentivar os alunos a realizarem o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;

12.4) Apoiar a divulgação dos processos seletivos ao ensino superior, com destaque para os vestibulares regionais;

12.5) Apoiar os eventos das IES regionais e viabilizar a participação dos estudantes do ensino médio, técnico e da educação de jovens e adultos;

12.6) Levantar a demanda do município por cursos universitários e estabelecer diálogo com as IES na divulgação das informações.

Meta 13: Garantir a formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica municipal possuam formação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

13.1) Mapear as áreas carentes em profissionais de educação no município;

13.2) Buscar programas de formação continuada, de forma a estimular o aperfeiçoamento do conhecimento docente;

13.3) Trazer para o município, em colaboração com órgão competente, polo de formação em nível superior.

Meta 14: Formar em nível, de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

14.1) Realizar planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada, de forma articulada às políticas de formação do Município;

14.2) Assegurar políticas municipais de formação de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias e instituições formadoras;

14.3) Articular junto a uma IES a viabilização de programas de pós-graduação na

área de educação para os professores do município;

14.4) Fomentar junto à classe docente do município o interesse na qualificação profissional, de forma progressiva da especialização ao doutoramento.

Meta 15: Valorizar os profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o sexto ano de vigência deste PME.

Estratégias:

15.1) Acompanhar a evolução salarial tomando como referência o piso salarial nacional do magistério, adequando o Estatuto do Magistério sempre que necessário;

15.2) Valorizar os educadores, com melhores salários, de acordo com seu nível de especialização;

15.3) Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação, afim de subsidiar o Conselho Municipal de Educação (deliberativo) para que possa tratar das condições necessárias à atividade docente – número de estudantes por sala, profissionais de apoio, currículo, entre outros;

15.4) Realizar concurso público, cuja exigência de formação conste em edital e seja equivalente ao nível de atuação de acordo com a demanda;

15.5) Oferecer professor substituto às escolas que possuem professores em afastamento ou licença;

15.6) Instituir programa de acompanhamento ao professor iniciante, supervisionado por profissional com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação ou não do professor ao final do estágio probatório.

Meta 16: Manter atualizado o plano de carreira dos profissionais da educação municipal, tomando como referência o piso salarial nacional profissional definido em lei federal nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

16.1) Garantir que pelo menos 95% (noventa por cento) dos respectivos profissionais do magistério sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;

16.2) Favorecer a existência de comissões permanentes de profissionais da

educação para subsidiar os órgãos competentes na reestruturação e implementação dos planos de carreira;

16.3) Garantir horas-atividade aos profissionais regente de sala, conforme exigido por lei.

Meta 17: Garantir, até o fim da vigência deste PME, a efetivação da gestão democrática da educação básica, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, na esfera das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

17.1) Criar o Conselho Municipal de Educação;

17.2) Apoiar a criação e/ou manutenção no âmbito das escolas públicas, Conselhos Escolares consultivos e deliberativos para que a gestão escolar seja realizada de forma participativa;

17.3) Garantir que a implantação dos Conselhos Escolares seja com a participação do corpo docente, discente, de funcionários e da comunidade;

17.4) Promover e ampliar a participação dos Conselhos Escolares nos Conselhos Municipais, vinculados à Educação, fortalecendo a política de descentralização e promovendo autonomia pedagógica, administrativa e financeira das Unidades Educativas, conforme preconiza a Legislação Educacional vigente;

17.5) Consolidar a integração entre escola e comunidade, a fim de que a escola possa firmar-se como um espaço privilegiado de debates e questões que conduzam à conscientização da importância da participação dos pais, alunos e comunidade na construção de uma escola pública de qualidade;

17.6) Promover a efetiva participação dos pais, definindo como aplicar os recursos, com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura e elevar a qualidade do atendimento prestado;

17.7) Estimular a criação de Grêmios Estudantis de forma que as escolas da rede pública tenham assegurada a participação dos alunos nessas associações;

17.8) Impulsionar a democratização dos espaços educativos disponibilizando salas de informática das Escolas Municipais e biblioteca à população, com a finalidade de facilitar o acesso à informação, incentivando a prática da leitura e proporcionando aos estudantes condições para pesquisas e digitação de trabalhos escolares, e realizando, dessa forma, a inserção da comunidade no contexto informatizado, tornando a escola

mais dinâmica e flexível para atender às necessidades dos alunos e da comunidade;

17.9) Buscar programas de formação para membros de conselhos, diretores, vice-diretores, coordenadores e técnicos da Secretaria Municipal de Educação.

Meta 18: Ampliar o investimento municipal em educação de forma a aplicar no mínimo 30% (trinta por cento) da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Estratégias:

18.1) Garantir o aperfeiçoamento da gestão educacional, para que os recursos sejam bem geridos;

18.2) Viabilizar incentivos e investimentos de instituições não governamentais, executando projetos pedagógicos e ampliando a receita educacional do município;

18.3) Executar política de incentivo ao cumprimento fiscal, de modo a assegurar o aumento da arrecadação municipal;

18.4) Diligenciar para que o PPA (Plano Plurianual), a LOA (Lei Orçamentária Anual) e leis afins sejam aprovadas prevendo o que é determinado neste PME.

Meta 19: Assegurar a realização do acompanhamento, avaliação e readequação deste Plano 2015-2025, de maneira democrática e participativa.

Estratégias:

19.1) Formar comissão para acompanhamento e avaliação do presente plano, tendo como membros naturais representantes da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação a partir da aprovação da Lei;

19.2) Criar mecanismos que permitam a identificação das demandas e a avaliação da medida de alcance das metas e estratégias estabelecidas no presente plano;

19.3) Disponibilizar, à Comissão de Avaliação do PME, ao final de cada ano letivo, acesso à sistematização das informações coletadas para conhecimento e análise;

19.4) Fornecer infraestrutura à Comissão de Avaliação, para elaboração de relatórios, mediante análise comparativa dos resultados educacionais obtidos no biênio, objetivando avaliação da medida de alcance das metas propostas para o mesmo e a proposição de novas estratégias de ação, quando necessário.

Meta 20: Incentivar e fomentar a construção de uma cultura de valorização e

reconhecimento da educação e sua importância para a construção da sociedade no âmbito das instituições de ensino e da sociedade em geral.

Estratégias:

20.1) Calcular e divulgar anualmente, o custo-aluno-qualidade, bem como buscar o aumento progressivo do investimento público em educação, com vistas a garantir a oferta de uma Educação Básica de qualidade para todos;

20.2) Associar a prestação de assistência técnica e ênfase de formação às demandas e projetos contemplados nos PPP das escolas, visando priorizar a melhoria da qualidade da educação;

20.3) Divulgar e incentivar o uso de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas, no âmbito da Educação Infantil ao Ensino Médio, visando assegurar a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, bem como acompanhar os resultados nos contextos em que estas forem aplicadas;

20.4) Oportunizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação, mediante estabelecimento de parcerias e adesão a programas do governo estadual e federal;

20.5) Incentivar e apoiar programas e ações que favoreçam a criação de uma cultura da paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar, no âmbito dos distintos níveis educacionais;

20.6) Buscar a articulação das políticas e programas na área da educação, com outras áreas como: saúde, assistência social, esporte e cultura, buscando garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes;

20.7) Promover a tolerância e o respeito à diversidade, assegurando o acesso, a inclusão e a permanência na educação básica ou educação especial;

20.8) Assegurar a inserção de forma interdisciplinar à educação ambiental com foco na sustentabilidade socioambiental e o trato deste campo de conhecimento como uma prática educativa integrada, contínua e permanente;

20.9) Promover a integração escola-comunidade, visando ampliar as oportunidades de conhecimento e reflexão da realidade, bem como a vivência de experiências que contribuam para a busca da solução de problemas sociais.

3.3 Acompanhamento e Avaliação do PME

Um documento que norteia os rumos da educação para os próximos dez anos é de grande importância, por isso, é necessária sua avaliação e revisão em momentos oportunos. Por ser projetado por um período de dez anos, faz-se necessário, avaliá-lo anualmente quantitativamente e qualitativamente e por conseguinte, realizar as alterações necessárias para que as metas previstas sejam cumpridas até o fim de sua vigência.

A avaliação será através de:

- Levantamento de dados estatísticos em sites oficiais;
- Levantamento de dados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Diante do exposto cabe salientar que o grupo avaliador deverá ser composto por membros de setores ligados direta e indiretamente a educação, como:

- Representante dos professores;
- Representante dos alunos;
- Representante dos diretores;
- Representante do executivo municipal;
- Representante do legislativo municipal;
- Representante do Conselho Tutelar;
- Representante do Conselho Municipal de Saúde;
- Representante do Conselho Municipal de Educação e outros.

O grupo avaliador deverá, após a análise dos resultados obtidos, redigir um relatório que deverá ser entregue a Secretaria Municipal de Educação, a Câmara Municipal de Vereadores e ao Conselho Municipal de Educação, para que as medidas necessárias para o cumprimento do estabelecido no PME sejam tomadas.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/novo-itacolomi_pr#idh. Acesso em 12 de março de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05 de outubro de 1988.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Congresso Nacional. Brasília, Distrito Federal, 1990.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Congresso Nacional. Brasília, Distrito Federal, 1996.

_____. **Lei nº 11.274, de 06 de Fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Congresso Nacional. Brasília, Distrito Federal, 2006.

_____. **Lei 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Congresso Nacional. Brasília, Distrito Federal, 2013.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Congresso Nacional. Brasília, Distrito Federal, 2014.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998. Volume 01.

DATA ESCOLA BRASIL. Disponível em <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/Data>

EscolaBrasil. Acesso em 13 de abril de 2015.

FUNDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

_____. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfpr.def>. Acesso em 12 de março de 2015.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=subsidios_paa_municipal. Acesso em 12 de março de 2015.

NOVO ITACOLOMI. Disponível em: <http://novoitacolomi.pr.gov.br/portal/a-cidade/>. Acesso em: 12 de março de 2015.

_____. **Lei Orgânica Municipal de Novo Itacolomi**. Câmara Municipal de Novo Itacolomi, Estado da Paraná, 1993.

_____. **Lei no. 262/2005**. Cria o Estatuto do Magistério. Câmara Municipal de Novo Itacolomi, Estado da Paraná, 2005.

_____. **Lei no. 384/2007**. Cria o Conselho de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB. Câmara Municipal de Novo Itacolomi, Estado da Paraná, 2007.

_____. **Lei no. 1058/2013.** Aprova o Plano Plurianual. Câmara Municipal de Novo Itacolomi, Estado da Paraná, 2013.

_____. **Lei no. 1012/2013.** Cria o Conselho de Alimentação Escolar. Câmara Municipal de Novo Itacolomi, Estado da Paraná, 2013.

WIKIMEDIA. Disponível em http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Novo-Itacolomi_Parana_Brazil.gif?uselang=pt--br#mediaviewer/File:Parana_Municip_Novo_Itacolomi.svg. Acesso em: 12 de março de 2015.